



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

CONCURSO PÚBLICO

**001. PROVA OBJETIVA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de questões dissertativas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e dissertativa é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição das respostas definitivas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de questões dissertativas, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

- 01.** A Lei Federal nº 12.796/2013, que altera a Lei nº 9.394/96, estabelece que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A Educação Infantil será organizada de acordo com a seguinte regra, entre outras:
- (A) atendimento à criança de, no mínimo, 5 (cinco) horas diárias para o turno parcial e de 8 (oito) horas para a jornada integral.
  - (B) avaliação, mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, com o objetivo de promoção, para o acesso ao ensino fundamental.
  - (C) controle de frequência pela instituição de educação infantil, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas.
  - (D) carga horária mínima anual de 1000 (mil) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho educacional.
  - (E) expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.
- 02.** A mãe de Nathan, de dois anos, procurou uma Diretoria Regional de Educação, pois estava interessada em conseguir uma vaga para seu filho. Considerando a idade desse garoto e o determinado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, um funcionário, acertadamente, orientou-a a procurar
- (A) um berçário.
  - (B) uma pré-escola.
  - (C) uma creche.
  - (D) um jardim da infância.
  - (E) uma escola de Educação Infantil.
- 03.** Algumas professoras de Educação Infantil, durante o horário do café, estavam discutindo as incumbências dos docentes, definidas no artigo 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assinale a alternativa que apresenta a professora que expressa corretamente o estabelecido na citada lei.
- (A) Ana: *Eu vou além! Como professores, precisamos participar tanto da elaboração quanto da implementação da proposta pedagógica da unidade em que trabalhamos.*
  - (B) Marcia: *Acredito que, além de elaborar, temos que acompanhar a execução da proposta pedagógica da escola, visando ao replanejamento de suas ações, caso necessário.*
  - (C) Carla: *Como professores, temos que participar ativamente da elaboração da proposta pedagógica da nossa escola.*
  - (D) Sílvia: *Ao professor cabe elaborar o plano de trabalho anual de sua turma, bem como a rotina semanal. A elaboração da proposta pedagógica é incumbência da equipe gestora da unidade escolar.*
  - (E) Fátima: *Pelo que entendo, precisamos ter conhecimento do teor da proposta pedagógica da escola para que possamos elaborar nosso plano de trabalho.*
- 04.** Manuela, quatro anos de idade, frequentava uma escola de Educação Infantil, em jornada integral. Devido a um problema alimentar, tinha muita dificuldade em aceitar as refeições oferecidas na unidade. Tendo em vista a situação, a mãe resolveu tirá-la da escola, para cuidar da menina em casa. Ao solicitar a transferência da criança, na secretaria, a mãe foi informada de que deveria procurar outra escola, a fim de atender ao estabelecido na legislação em vigor. Essa informação, conforme a Lei nº 12.796/2013, está
- (A) incorreta, haja vista que é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no Ensino Fundamental.
  - (B) equivocada, pois a matrícula de crianças, nessa faixa etária, na creche ou na pré-escola, é facultativa aos pais.
  - (C) errada, uma vez que é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no Ensino Fundamental.
  - (D) correta, pois é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos quatro anos de idade.
  - (E) imprecisa, já que a matrícula na Educação Infantil torna-se obrigatória a partir dos cinco anos de idade.

- 05.** Dona Cida procurou uma escola a fim de conseguir uma vaga para seu neto, de quatro anos de idade. Um funcionário, então, solicitou-lhe a certidão de nascimento do menino. Dona Cida explicou que a criança não tinha esse documento, pois sua mãe o havia perdido. Após efetivar a matrícula, o funcionário explicou acertadamente que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a avó deve procurar
- (A) o Conselho Tutelar, que tem a competência de requisitar certidões de registro de nascimento.
  - (B) o Centro de Referência de Assistência Social, a quem compete emitir a segunda via da certidão de nascimento.
  - (C) a Vara da Infância e da Juventude, a quem compete requisitar a lavratura de assento do nascimento.
  - (D) o Ministério Público, que tem a atribuição de requisitar a regularização do registro do nascimento.
  - (E) o cartório geral de registros para localizar onde foi assentado o registro da criança, a fim de solicitar a segunda via.
- 06.** Vera pleiteou vaga para sua filha, de três anos, numa escola próximo à sua casa, porém não foi atendida porque a unidade procurada possuía vários alunos na fila de espera. A única escola com vagas disponíveis estava localizada em um bairro bastante afastado de sua residência, atrapalhando a efetivação da matrícula, tendo em vista a grande distância e a inviabilidade de a mãe levar a filha até a escola.
- Diante dessa situação e conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que
- (A) o acesso à educação foi assegurado, cabendo ao responsável e à família zelar pela frequência do aluno à escola.
  - (B) o Estado assegurou à criança o seu direito à educação, disponibilizando vaga em escola pública e gratuita, independentemente de sua localização.
  - (C) o Estado não cumpriu o seu dever constitucional de garantir o acesso da criança à escola de preferência da família.
  - (D) o acesso à educação não foi assegurado, pois a menina teria direito a escola pública e gratuita próximo de sua residência.
  - (E) o direito à educação foi garantido pela disponibilização de vaga em escola, ainda que distante da residência da mãe.
- 07.** Conforme o artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios, entre outros, de
- (A) transparência, juridicidade, lealdade, conformidade e eficiência.
  - (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
  - (C) eficácia, retidão, conformidade, acessibilidade e ética.
  - (D) legitimidade, transparência, ética, eficácia e lisura.
  - (E) lisura, honestidade, regularidade, lealdade e eficácia.
- 08.** Paula é Professora de Educação Básica I, efetiva na rede estadual de São Paulo, há dez anos. Recentemente, foi nomeada para o cargo de Professor de Educação Infantil da Prefeitura de São Paulo. É correto afirmar que, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, Paula
- (A) poderá trabalhar nos dois cargos, desde que não declare o acúmulo.
  - (B) deverá exonerar-se obrigatoriamente de um dos cargos, tendo em vista que a regra constitucional é a inacumulabilidade.
  - (C) poderá trabalhar nas duas esferas, pois não há restrições quanto ao exercício docente.
  - (D) poderá acumular as duas funções, independentemente do horário de trabalho.
  - (E) poderá acumular os dois cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários.
- 09.** O artigo 1º da Lei nº 11.645/2008, que altera a redação do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece que, nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo
- (A) da história e cultura afro-brasileira e indígena.
  - (B) dos princípios da educação ambiental.
  - (C) de conteúdos relativos aos direitos humanos.
  - (D) de pelo menos uma língua estrangeira moderna.
  - (E) das diferentes culturas e etnias, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

10. A faixa etária das crianças atendidas e a intenção da construção de uma sociedade democrática e pluralista, que respeita a todos e valoriza a diversidade, exigem atenção especial às famílias de todas as crianças, sejam elas negras ou brancas.

(Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial. MEC/SEB, 2012)

A partir desse pressuposto, é correto afirmar que a relação com as famílias parte do princípio de considerar

- (A) os canais de comunicação entre as instituições restritos, permitindo uma cooperação significativa e enriquecedora para ambos, quando necessário.
- (B) a família uma instituição plural, que apresenta diferentes composições, e na qual emergem sentimentos, necessidades e interesses nem sempre coesos.
- (C) a família como uma instituição idealizada, hegemônica, valorizando e investindo nas contribuições de todos para a construção de uma educação de qualidade e igualitária.
- (D) a diversidade de expressões e manifestações das crianças e suas famílias, implicando a adesão incondicional aos valores do outro.
- (E) o conhecimento e a cultura das famílias alheios ao processo educativo que ocorre no ambiente escolar.

11. Nas brincadeiras na Educação Infantil, esse racismo aparece quando as crianças negras são as empregadas domésticas, quando as crianças brancas temem ou não gostam de dar as mãos para as negras etc. O racismo aparece na Educação Infantil, na faixa etária entre 0 a 2 anos, quando os bebês negros são menos “paparicados” pelas professoras do que os bebês brancos. Ou seja, o racismo, na pequena infância, incide diretamente sobre o corpo, na maneira pela qual ele é construído, acariciado ou repugnado.

(Oliveira e Abramowicz, 1985, in: Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial. MEC/SEB, 2012)

Diante do que foi exposto nessa pesquisa e conforme o documento Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial, cabe ao professor de Educação Infantil

- (A) mudar de postura frente à estratificação referente às relações étnico-raciais, incorporando o discurso da diferença como desvio.
- (B) superar essas mazelas, sem abrir discussões sobre o tema, tendo em vista que as crianças, nessa faixa etária, não construíram ainda conceitos racistas.
- (C) mudar a situação encontrada, desenvolvendo atitudes que favoreçam o processo de desenvolvimento infantil, estimulando a interação entre pares e crianças de diferentes faixas etárias.
- (D) buscar a igualdade, pressupondo tornar todos iguais dentro de uma mesma cultura, pois a igualdade elimina a diferença.
- (E) apostar numa posição de transformação, sem considerar a diversidade racial, pois, se ignorarmos as diferenças, elas vão deixar de existir.

12. Uma dúvida recorrente entre os professores, em todos os níveis, é: *como se referir às pessoas acentuando sem preconceito uma diferença evidente?* Nossa sociedade tem uma relação ambígua com a diferença de cor entre as pessoas, ao mesmo tempo em que a usa cotidianamente para desvalorizar pessoas negras, e, ao ser confrontada diretamente com o tema, tenta evitá-lo. Essas experiências com a nomeação da raça/cor das pessoas produz o receio concreto nas professoras quando trabalham o tema com as crianças.

É correto afirmar que um trabalho que envolve a diversidade e está atento para a igualdade racial

- (A) faz uso de termos considerados politicamente corretos.
- (B) deixa de nomear as diferenças.
- (C) substitui o nome das pessoas por epítetos.
- (D) emudece diante da identidade racial da pessoas.
- (E) utiliza as expressões corretas em contextos que façam sentido.

13. Conforme o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem

- (A) impedimentos de longo prazo que a limitam ou incapacitam para a vida independente e para o trabalho.
- (B) redução ou limitação de sua capacidade individual, impedindo o desempenho de papéis esperados de acordo com idade, sexo, fatores sociais e culturais.
- (C) dificuldade de movimentar-se, por qualquer motivo, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.
- (D) impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, pode ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.
- (E) perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

- 14.** Conforme o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos
- (A) com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
  - (B) portadores de necessidades educacionais especiais.
  - (C) com dificuldades de aprendizagem, déficit de atenção e hiperatividade.
  - (D) com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.
  - (E) com deficiência física, intelectual ou sensorial.
- 15.** Pedro, de quatro anos de idade, tem síndrome de Down e, até então, frequentava uma escola de Educação Infantil, da rede particular. Por motivos financeiros, a mãe precisou tirá-lo dessa escola e procurou a rede municipal, a fim de buscar uma vaga. Conforme o artigo 2º do Decreto nº 45.415/04, Pedro deverá ter sua matrícula efetivada em uma sala
- (A) de apoio pedagógico.
  - (B) regular ou comum.
  - (C) de atendimento aos portadores de necessidades especiais.
  - (D) de apoio e acompanhamento à inclusão.
  - (E) de recursos.
- 16.** Conforme o artigo 3º do Decreto nº 45.415/04, o Sistema Municipal de Ensino, em suas diferentes instâncias, propiciará condições para atendimento da diversidade de seus educandos e educandas mediante, entre outros,
- (A) currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às necessidades especiais.
  - (B) professores com especialização adequada em nível médio, para atendimento especializado.
  - (C) adequação do número de alunos por classe/agrupamento, quando preciso.
  - (D) terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências.
  - (E) acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.
- 17.** Conforme o artigo 8º da Portaria nº 5.718/04, o Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – PAAI realizará o serviço itinerante de apoio e acompanhamento pedagógico à comunidade educativa, desempenhando a seguinte atribuição, entre outras:
- (A) colaborar com o professor regente da classe comum no desenvolvimento de mediações pedagógicas que atendam às necessidades de todos os educandos e educandas da classe, visando evitar qualquer forma de segregação e discriminação.
  - (B) discutir e analisar sistematicamente com os professores regentes das classes comuns, bem como com a Equipe Técnica da Unidade Educacional e do Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão – CEFAl, o desenvolvimento do processo de apoio e acompanhamento, objetivando avaliar a necessidade ou não da continuidade do trabalho.
  - (C) difundir o serviço realizado, organizando ações que envolvam toda a comunidade educativa, colaborando na eliminação de barreiras na comunicação, preconceitos e discriminações e favorecendo a participação na vida social.
  - (D) manter atualizada a ficha de registro e o controle de frequência dos educandos e educandas nas monitorias.
  - (E) atuar em conjunto com o coordenador pedagógico e demais profissionais da unidade educacional na reflexão, planejamento, desenvolvimento e avaliação de projetos, bem como na formação e acompanhamento da ação educativa, objetivando a igualdade de direitos aos educandos e educandas e de acesso ao currículo.

**18.** João é deficiente auditivo e frequenta uma escola municipal. Foi submetido a uma avaliação educacional do processo ensino e aprendizagem, constatando-se, então, a necessidade de encaminhá-lo a uma SAAI – Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão, destinada ao apoio pedagógico especializado.

Conforme a Portaria nº 5.718/04, é correto afirmar que a avaliação educacional do processo ensino e aprendizagem será o instrumento orientador da utilização do serviço de apoio pedagógico especializado e será realizada

- (A) pelos professores da escola de destino do educando, pelo Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – PAAI, pelo coordenador pedagógico e, se necessário, pelo diretor de escola.
- (B) pelo professor regente da classe comum, com a participação do profissional do Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão – CEFAl, do coordenador pedagógico da escola de origem do aluno, e com o conhecimento da família.
- (C) pelo diretor da unidade escolar de origem do educando, pelo professor regente da classe comum, pelo professor especializado e pelo Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – PAAI, com a presença da família, se for necessário.
- (D) pelo coordenador pedagógico da escola de origem da criança, pelo professor regente da classe regular e pelos profissionais da saúde que acompanham o caso, com a anuência da família.
- (E) pelos educadores da unidade educacional de origem do educando, com a participação da família, do professor regente da Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – SAAI, do supervisor escolar e do Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão – CEFAl e, se preciso for, dos profissionais da saúde e de outras instituições.

**19.** Ana, quatro anos de idade, tem paralisia cerebral e está regularmente matriculada numa escola municipal de Educação Infantil. Devido à sua deficiência, não tem autonomia para andar, alimentar-se e fazer uso do banheiro.

Tendo em vista o quadro de Ana e suas necessidades, é correto afirmar que, conforme o Decreto nº 51.778/10, a criança tem o direito de receber o apoio do profissional denominado

- (A) professor auxiliar.
- (B) professor de apoio.
- (C) auxiliar de vida escolar.
- (D) pajem.
- (E) cuidador.

**20.** O Programa Incluir, instituído pelo Decreto nº 51.778/10, é integrado por diversos projetos com objetivos específicos, desenvolvidos de forma articulada, constituindo uma rede de apoio ao aluno, à escola e à família, por meio de suportes e serviços especializados que viabilizem o acompanhamento da trajetória escolar e do processo de aprendizagem do aluno. Um dos projetos de que trata o programa é o Apoiar, que tem como objetivo ampliar as ações de suporte pedagógico especializado para o público-alvo da educação especial, entre outras ações, por meio de

- (A) contratação de estagiários do curso de pedagogia para atuação nas salas que tenham alunos com quadros de deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, conforme critérios técnicos da área de educação especial da Secretaria Municipal de Educação.
- (B) atendimento, por professor especializado, em sala de recursos, como complemento à ação educativa desenvolvida na sala comum.
- (C) suporte técnico de equipe multidisciplinar, em parceria com os Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão – CEFAls, oferecendo orientação técnica às equipes escolares para atendimento das situações adversas do processo de inclusão.
- (D) avaliação dos alunos com quadros de deficiência e superdotação, a partir de aplicação e análise dos instrumentos registrados em relatórios sobre o desenvolvimento dos alunos e indicação de recursos de tecnologia assistiva.
- (E) assessoria às escolas na indicação da tecnologia assistiva para eliminar as barreiras de acesso ao currículo e à comunicação.

**21.** Considere as seguintes atribuições:

- I. estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com os demais profissionais que atuam na escola para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares;
- II. orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades e competências, promovendo sua autonomia e participação no ambiente escolar e social em que vive;
- III. desenvolver atividades próprias do Atendimento Educacional Especializado, de acordo com as necessidades educacionais específicas dos alunos: ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como primeira língua, para alunos com surdez; ensino de Língua Portuguesa na modalidade escrita, como segunda língua, para alunos com surdez; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA; ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva – TA; ensino de atividades de vida autônoma e social; orientação de atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação; e promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores.

É correto afirmar, conforme a Portaria nº 2.496/2012, que essas atribuições, entre outras, são de competência do

- (A) professor de apoio e acompanhamento à inclusão.
- (B) professor da sala regular.
- (C) coordenador pedagógico.
- (D) professor regente de Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – SAAI.
- (E) diretor de escola.

**22.** Considerando a perspectiva da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que estabelece a Educação Infantil como “primeira etapa da Educação Básica”, oferecida em espaços institucionais não domésticos que cuidam e educam crianças de zero a cinco anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, foi criado, no âmbito da Prefeitura do Município de São Paulo, um novo equipamento que se constitui em uma das formas de atendimento na Educação Infantil, oferecida em unidades que atendem crianças de zero a cinco anos e onze meses em um mesmo prédio. Caracterizado por uma Proposta Político-Pedagógica Integradora para a Primeira Infância, esse equipamento é denominado

- (A) Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI).
- (B) Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI).
- (C) Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI).
- (D) Centro Educacional Unificado (CEU).
- (E) Centro de Educação Infantil (CEI).

**23.** No âmbito da avaliação institucional, as unidades de Educação Infantil realizam anualmente a autoavaliação em que são analisados aspectos pautados nas ações cotidianas das unidades com base na rotina das crianças e dos educadores, bem como na infraestrutura organizacional das unidades. Assim, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo está colocando a avaliação como um ponto de pauta nas formações de educadores, em especial com a organização de Seminários Regionais que discutirão o tema “Qualidade e Avaliação na Educação Infantil”.

(Programa Mais Educação São Paulo: subsídios para a implantação. SME/DOT, 2014)

Esses seminários incentivarão as Unidades Educacionais a utilizarem como um instrumento de autoavaliação

- (A) a Política Nacional de Educação Infantil, publicada pelo Ministério da Educação, em 2006.
- (B) o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, publicado pelo Ministério da Educação, em 1998.
- (C) os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, publicados pelo Ministério da Educação, em 2006.
- (D) os Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil, publicados pelo Ministério da Educação, em 2009.
- (E) os Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças, publicados pelo Ministério da Educação, em 2009.

**24.** O Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, o “Mais Educação São Paulo”, tem entre suas finalidades principais, conforme o disposto no Decreto nº 54.452/13,

- (A) a promoção de melhoria da qualidade social na Educação Básica e, conseqüentemente, dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.
- (B) a ampliação do número de vagas para o Ensino Fundamental e a universalização do atendimento para as crianças de 6 anos de idade.
- (C) a alfabetização de todas as crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental nos termos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.
- (D) o fortalecimento da gestão democrática e participativa, com envolvimento da equipe escolar.
- (E) a integração curricular no Ensino Fundamental.



- 25.** Conforme o documento Programa Mais Educação São Paulo: subsídios para a implantação, é correto afirmar que a avaliação na Educação Infantil
- (A) contempla a análise progressiva da conquista do sistema alfabético pelo educando, bem como aquelas referentes ao conhecimento matemático e ao alcance dos direitos e objetivos de aprendizagem.
  - (B) é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática, tendo como uma de suas metas o diagnóstico da situação de aprendizagem de cada criança, em relação à programação curricular prevista e desenvolvida em cada nível e etapa da escolaridade.
  - (C) utiliza instrumentos que passam por diferentes formas de registro e que têm como objetivo comparar ou medir o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças com finalidades classificatórias e segregacionistas.
  - (D) é efetivada por meio de relatórios descritivos individuais que têm por função descrever as atividades das crianças, a fim de classificá-las, além de servir de critério para retê-las no prosseguimento de sua vida escolar.
  - (E) contempla instrumentos que assumem diferentes formas de registro: relatórios descritivos, portfólios individuais e do grupo, fotos, filmagens, as próprias produções das crianças, como desenhos, esculturas, maquetes, entre outras.
- 26.** A Portaria nº 5.941/13 estabelece que o Conselho de Escola/CEI/CIEJA é um colegiado de natureza consultiva e deliberativa e é constituído
- (A) pelo Diretor de Escola, pelos professores da escola e por representantes dos pais de alunos.
  - (B) pelos representantes dos pais de alunos e representantes da equipe escolar.
  - (C) pelo Diretor, presidente nato, por representantes da comunidade escolar e por representantes da comunidade extraescolar.
  - (D) pelo Diretor de Escola, pelos docentes, por especialistas de educação, pelos demais funcionários e pelos pais de alunos e alunos.
  - (E) pelo Diretor de Escola, membro nato, pelos representantes eleitos das categorias de servidores em exercício nas unidades educacionais, pelos pais e pelos educandos.
- 27.** Entre outras diretrizes e providências, a Portaria nº 5.941/13 estabelece em que conformidade se dará a organização curricular na Educação Infantil. Considerando o estabelecido, é correto afirmar que
- (A) o Jardim I prevê o atendimento a crianças de 2 a 3 anos.
  - (B) a Pré-escola prevê o atendimento a crianças de 4 a 5 anos.
  - (C) o Berçário I atende crianças de até 1 ano.
  - (D) o Maternal atende crianças de 1 ano e meio a 2 anos.
  - (E) o Minigrupo I atende crianças de 3 a 4 anos.
- 28.** De acordo com o Decreto nº 54.454/13, o conjunto de normas que define a organização e o funcionamento da unidade educacional e regulamenta as relações entre os diversos participantes do processo educativo, contribuindo para a execução do seu projeto político-pedagógico, é chamado de
- (A) Plano de Trabalho.
  - (B) Plano de Gestão.
  - (C) Proposta Pedagógica.
  - (D) Plano Quadrienal.
  - (E) Regimento Educacional.
- 29.** Joana, professora de Educação Infantil, preparou um brinquedo para a hora do banho dos seus bebês: recortou uma placa de E.V.A. para que boiasse na água, em forma de peixe, nas cores laranja e amarelo, medindo 20 cm de comprimento. Na parte central encaixou um sabonete, colocando o peixinho na banheira, na hora do banho do bebê. Para brincar com o bebê, Joana falava sobre o peixinho, ajudando-o a encontrá-lo e a manuseá-lo. A professora incentivava o bebê a pegar o sabonete e o ajudava a passar o sabonete sobre o corpo, identificando com ele o nome de cada parte: pé direito, pé esquerdo, barriga, pescoço etc.
- Ao brincar com o bebê dessa forma, conforme Sialys, a professora tinha como principal objetivo incentivá-lo a
- (A) conhecer alguns animais, seu nome, costumes, alimentação e utilidade.
  - (B) conhecer seu corpo e aprender as atividades de vida diária.
  - (C) desenvolver o tato para o reconhecimento de objetos.
  - (D) desenvolver a coordenação motora, fortalecendo mãos e braços.
  - (E) desenvolver o sentido de busca e direção.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

30. Uma professora de Educação Infantil confeccionou uma luva em tecido brilhante com elementos que formavam uma carinha na palma da mão. Para brincar, ela colocava a luva na mão e acenava para o bebê, atraindo sua atenção e seu olhar. Posicionava a mão perto do rosto do bebê, dando um tempo para que ele a percebesse; movimentava lentamente para os lados, para baixo, para cima, afastando e aproximando. Incentivava o bebê a ver, tocar e pegar a luva. Colocava a luva na mão do bebê e o ajudava a descobrir suas mãos. Incentivava o bebê a pegar a luva com a outra mão, facilitando assim a junção das mãos na linha média. Brincava de esconde-esconde, ocultando o rosto com a luva.

Ao brincar dessa forma, conforme Siaulys, a professora tinha como principal objetivo que o bebê

- (A) desenvolvesse a integração dos sentidos de visão, tato e audição.
- (B) desenvolvesse a estruturação e a organização espacial.
- (C) tivesse seu tempo ocupado com alguma atividade interessante.
- (D) despertasse a curiosidade e o prazer de ver e buscar.
- (E) tivesse a coordenação olho-mão, olho-objeto e ouvido-mão favorecida.

31. Segundo o art. 9º da Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009, as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que

- (A) promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas e corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança.
- (B) favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical, com a finalidade de promover o desenvolvimento motor, a dança e o contato olho no olho.
- (C) possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade, provocando respostas orais sobre fenômenos da natureza e relacionamentos interpessoais.
- (D) possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e o convívio com os diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos, objetivando o letramento e a alfabetização.
- (E) incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza, antecipando, inclusive, conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental 1.

32. Conforme o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, o currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de

- (A) projetos interdisciplinares que concentrem no brincar a força das propostas de letramento e musicalização.
- (B) sequências de atividades e propostas permanentes que atendam as necessidades básicas de desenvolvimento infantil.
- (C) relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades.
- (D) espaços que promovam o contato de até 15 crianças com 3 a 4 educadores na instituição de educação infantil.
- (E) convívio multietário entre crianças de 3 a 6 anos, que completem 6 anos até o dia 31 de março do ano letivo corrente.

- 33.** Didonet, no documento A avaliação na e da Educação Infantil, defende que a avaliação depende do conceito de qualidade que se adota, destacando as características de qualidade. É correto afirmar que, dentre as características elencadas pelo autor, está a de
- (A) identificar-se com os modelos socialmente presentes na atualidade, como o de diversidade racial, de gênero e de crença religiosa.
  - (B) ser um conceito socialmente construído, sujeito a constantes negociações, dependente do contexto.
  - (C) variar conforme as condições de treinamento das equipes pedagógicas dos centros de educação infantil.
  - (D) avaliar o desenvolvimento infantil como conjunto de conteúdos selecionados pelo currículo vigente e socialmente inserido na cultura.
  - (E) depender do conceito de infância e de criança que se constitui no projeto político-pedagógico da instituição.
- 34.** Conforme a Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009, as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento dos bebês e das crianças a fim de que possam
- (A) garantir a continuidade dos processos de aprendizagem adequados aos diferentes momentos de transição vividos pela criança.
  - (B) identificar os percursos individuais específicos para agrupar as crianças por níveis homogêneos de experiência.
  - (C) reter as crianças que apresentam diferenciação no processo de desenvolvimento a fim de que possam usufruir de mais tempo de infância.
  - (D) promover as aprendizagens esperadas para os projetos, sequências didáticas e objetivos determinados a cada etapa.
  - (E) reclassificar as aptidões das crianças por níveis de aprendizagem, considerando a heterogeneidade dos agrupamentos.
- 35.** Marta, professora de educação infantil, trabalha com crianças na faixa etária de 0 a 2 anos de idade. Atende, em sua turma, juntamente com outra professora, cerca de 24 crianças. Conforme o Parecer CNE/CEB nº 22/98, de 17/12/98, citado no documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, essa relação, considerando-se a faixa etária das crianças, está
- (A) incorreta, pois o estabelecido prevê um professor para cada vinte crianças.
  - (B) correta, pois está de acordo com as normas estabelecidas.
  - (C) incorreta, pois excede a relação de um professor para cada dez crianças.
  - (D) correta, pois respeita a relação de um professor para cada doze crianças.
  - (E) incorreta, pois deveria considerar a relação de um professor para cada seis a oito crianças.
- 36.** Uma criança de 3 anos, de um centro de educação da cidade de São Paulo, após ouvir várias vezes a história da Branca de Neve, falava com seus amigos e com a professora sobre a razão de ser sempre “branca” a personagem. Propôs uma história com a “Morena das Neves”, alternativa que reflete o contexto da diversidade em que vivem as crianças, em sua maioria, de famílias afrodescendentes. Outra criança utilizou a história da Chapeuzinho Vermelho para criar uma narrativa com dois lobos, um “bom” e outro “mau”. Assim, de acordo com o documento Brinquedos e Brincadeiras nas Creches: manual de orientação pedagógica (Brasília. MEC/SEB, 2012), ouvir histórias de todos os gêneros, deixar as crianças recontarem para inserir suas vivências e seus saberes ampliando as narrativas é uma tarefa que requer ampliação de dois tempos no cotidiano dos centros de educação, a
- (A) brincadeira criativa e o jogo simbólico.
  - (B) roda de conversa inspirada nos contos e o brincar livre.
  - (C) musicalização de contos e a ciranda de poemas.
  - (D) escrita espontânea das narrativas criadas e o reconto programado.
  - (E) escuta de muitas histórias e o tempo para o seu reconto pelas crianças.

37. Conforme o documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil Paulistana, as paredes também falam e documentam, são também reveladoras do currículo e das relações que se estabelecem. As exposições das marcas das produções das culturas infantis, as fotografias que contam o processo, as transcrições das falas e conversas das crianças, entre outros, permitem à comunidade e aos familiares
- (A) identificar o trabalho com modelos como suporte de aprendizagem infantil.
  - (B) supervisionar se as crianças estão sendo alfabetizadas no período esperado.
  - (C) controlar se o currículo está sendo plenamente seguido pela direção da instituição.
  - (D) enxergar o potencial infantil, bem como o que acontece no ambiente educacional.
  - (E) avaliar as progressões individuais e comparar com o grupo de crianças.
38. “A entrada no mundo da matemática ocorre quando a professora sabe como encaminhar a criança para brincadeiras em que se vai descobrindo o significado dos números”.
- Considerando o documento Brinquedos e Brincadeiras nas creches: manual de orientação pedagógica (MEC/SEB, 2012), é correto afirmar que uma das brincadeiras para pensar como medir e quantificar que pode ser desenvolvida na educação infantil é
- (A) classificar, seriar e ordenar os objetos de uma coleção, objetivando observar quantidades.
  - (B) classificar conjuntos de objetos com palavras como “nenhum”, “muito”, “pouco”, “bastante”.
  - (C) colar sementes ou bolinhas de papel no traçado do numeral.
  - (D) identificar e nomear os numerais.
  - (E) contar os objetos de um determinado conjunto a fim de verificar sua quantidade exata.
39. Conforme Canavieira (2012), citado no documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil Paulistana, cada criança, ao nascer, é inserida em contextos sociais diferentes e passa a fazer parte da sociedade. Como ator social, sujeito histórico e cultural, é constituído pelas experiências e, ao mesmo tempo, influencia o meio em que vive. Bebês e crianças são agentes de sua própria socialização, apreendendo o mundo social à sua maneira. Portanto, é correto afirmar que bebês e crianças
- (A) colocam objetos na boca no período sensório-motor.
  - (B) interpretam a vida por meio da figura maternal nos primeiros cem dias de vida.
  - (C) interpretam e ressignificam a realidade com seus pares.
  - (D) dependem do adulto na introdução de significados.
  - (E) identificam a figura do adulto como centro de suas referências.
40. Conforme os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, a criança, parte de uma sociedade, vivendo em nosso país, tem direito, dentre outros,
- (A) ao acompanhamento fonoaudiológico regular.
  - (B) a alfabetizar-se na educação infantil.
  - (C) à alimentação saudável e preferencialmente de origem orgânica.
  - (D) à formação religiosa institucionalizada.
  - (E) ao atendimento por profissionais com formação específica.
41. De acordo com Stela Barbieri, em seu livro *Interações: onde está a arte na infância?*, para pensarmos a arte nos Centros de Educação Infantil, é essencial entender o que se deseja como experiência artística para crianças com idades entre 0 e 3 anos. Assim, é desejável que a arte promova, nesse momento do desenvolvimento humano,
- (A) possibilidades de exploração sonora, pois a linguagem musical é a definida como central nessa etapa.
  - (B) a aproximação e a curiosidade visual sobre obras de artistas modernos brasileiros.
  - (C) a diferenciação figura e fundo, por meio da observação de trabalhos de diferentes produtores de arte.
  - (D) possibilidades de ações diversas, várias maneiras de explorar e olhar para o mundo, por meio de diferentes linguagens.
  - (E) a exploração do desenho com materiais diversificados que desenvolvam coordenação fina.
42. Stela Barbieri defende que as crianças pequenas precisam de espaço e de tempo para se colocarem e serem o que são. Assim, conforme a autora, a escola deve propor situações em que elas sejam protagonistas para contarmos com o envolvimento e a alegria de cada menino e menina. Para isso, o papel central do professor é o de
- (A) ajudar a criança a realizar suas ideias, num contexto de escuta e participação.
  - (B) privilegiar práticas artísticas que destaquem o desenho e a pintura como linguagens centrais da infância.
  - (C) observar, pois as crianças aprendem por descoberta e sem intervenção do adulto.
  - (D) conduzir projetos por centro de interesses, escolhidos pela maioria do grupo.
  - (E) dirigir atividades coletivas nas quais a apropriação da arte se dê por observação.

- 43.** Conforme os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, no contexto brasileiro, discutir a qualidade da educação na perspectiva do respeito à diversidade implica necessariamente enfrentar e encontrar caminhos para superar as desigualdades no acesso a programas de boa qualidade.
- Assinale a alternativa que contém a condição essencial para que isso ocorra.
- (A) O direcionamento das políticas públicas para o atendimento às crianças de zero a três anos, em unidades de atendimento diretas e conveniadas.
  - (B) A integração de todos os níveis de ensino ao sistema unificado de qualidade de educação.
  - (C) O respeito aos direitos básicos das crianças e de suas famílias, seja qual for sua origem, condição social, identidade cultural, étnica ou gênero.
  - (D) A organização familiar convencional aprovada recentemente no Congresso Nacional.
  - (E) A inclusão de estudantes com deficiência, em todos os níveis de ensino.
- 44.** Conforme o documento Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças, é correto afirmar que nossas crianças têm direito
- (A) à oportunidade de brincar com areia, argila, pedrinhas, gravetos e outros elementos da natureza.
  - (B) à oportunidade de visitar parques, jardins e zoológicos, excluindo a participação das famílias nessa programação.
  - (C) à saúde e não devem brincar com água.
  - (D) ao sol e não devem ficar sem proteção solar permanente.
  - (E) a aprender as letras e os números de nossa cultura em ordem crescente de desafio.
- 45.** Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular devem ter como eixos norteadores
- (A) os conhecimentos do mundo social e natural.
  - (B) as linguagens matemática e científica.
  - (C) a linguagem oral e a escrita.
  - (D) a identidade pessoal e o respeito à diversidade.
  - (E) as interações e a brincadeira.
- 46.** Experiências narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita e o convívio com diferentes suportes textuais orais e escritos devem ser fomentados
- (A) progressivamente, a partir dos 4 anos de idade, nos centros de educação infantil, com propósito de promoção da escrita alfabética espontânea.
  - (B) desde a entrada da criança na instituição de educação infantil, tendo em vista que as práticas pedagógicas devem garantir experiências nesse sentido.
  - (C) a partir dos 6 anos, com a entrada das crianças no Ensino Fundamental 1, período adequado para inserção de práticas de Letramento.
  - (D) com finalidade de alfabetização em idade pré-escolar, de acordo com as normas definidas pelas pesquisas mais recentes em alfabetização.
  - (E) em suas manifestações exclusivamente orais, desde os centros de educação infantil.
- 47.** Conforme o documento Brinquedos e Brincadeiras nas Creches: manual de orientação pedagógica, é correto afirmar que fantoches e brinquedos em forma de monstros, animais, bruxas e princesas e super-heróis devem ser
- (A) evitados, pois trazem diferentes crenças que muitas vezes não são aceitas pelas famílias das crianças.
  - (B) ofertados para as crianças, a fim de que cada uma possa narrar suas experiências.
  - (C) utilizados pelos adultos em contextos de festas e comemorações de datas, como o dia do folclore.
  - (D) evitados, por desencadear medos e pesadelos muito precocemente no imaginário infantil.
  - (E) mostrados pelos adultos, que criteriosamente escolhem as histórias e as encenam, sozinhos.
- 48.** Didonet, ao analisar a prática da avaliação na educação infantil, aborda os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, citando que: “No que se refere às crianças em idade pré-escolar, a avaliação deve permitir que se acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades ao longo de seu processo de aprendizagem.” Ainda conforme esse documento, é correto afirmar que a prática adequada para acesso às aprendizagens infantis é a
- (A) de entrevistas individuais progressivas.
  - (B) de aplicação de provas de identificação de nível de alfabetização.
  - (C) do registro e da observação.
  - (D) de aplicação de provas, a fim de verificar se o desenvolvimento esperado para a etapa foi atingido.
  - (E) de aplicação de questionário para triagem.

49. Emmi Pikler (Falk, 2011), a partir de sua experiência em Lóczy, defende que a liberdade de movimentos significa para a criança pequena a possibilidade de descobrir, de aperfeiçoar e de viver, a cada fase de seu desenvolvimento, suas posturas e movimentos. Por isso, a criança tem necessidade de
- adultos que realizem atendimento individualizado, pois a interação individual adulto-criança é a mais importante.
  - acolhimento individual, pois essa prática defende que o atendimento em creche seja praticado na relação de um educador para cada três crianças.
  - ocupação exclusiva de espaços externos, com muito verde e natureza que propicie contato desde cedo com a ecologia.
  - um espaço adaptado, de roupa que não atrapalhe os movimentos, de um chão sólido e brinquedos que a motivem.
  - um espaço calmo e seguro, adaptado e acolchoado, com poucos riscos ao movimento e com brinquedos individuais.
50. Considerando-se o discurso da Sociologia da Infância, defendido por Daniela Finco (2011), a construção social da infância aponta um novo paradigma de estudos e, a partir dele, refletir sobre outra concepção de criança provoca-nos a pensar em um(a) “professor(a) diferente”, capaz de proporcionar condições que permitam
- aprendizagem baseada em projetos de coordenação motora.
  - movimentação autônoma na dependência do professor.
  - autonomia infantil e ação coletiva advinda da experiência e de sua imaginação.
  - ação individualizada e tomada de consciência fonológica.
  - aprendizagem por questionamento da natureza.
51. Paulo Fochi (2015) apresenta três ideias centrais que devem determinar o contexto de vida coletiva em berçários e que devem subsidiar as escolhas e ações dos(as) professores(as) que trabalham com essa etapa da infância. São elas:
- comunicação, autonomia e o saber-fazer dos bebês.
  - linguagens oral, musical e corporal.
  - atenção, predisposição e afeto dos bebês.
  - arte, música e educação emocional.
  - autonomia, atenção e prontidão dos bebês.
52. Conforme Mello (Revista *Magistério*, nº 3, 2014), o valor do cuidado individual do bebê pelo(a) professor(a) no centro de educação infantil é fundamental e vem sendo destacado como espaço e momento de educação emocional. É correto afirmar que uma das características marcantes da educação emocional no contexto das instituições de educação infantil refere-se
- ao aprendizado da contenção emocional como forma de ajudar a acalmar bebês muito agitados.
  - ao uso de canções de ninar para acalmar os bebês ao mesmo tempo que integram as crianças ao repertório musical que precisam aprender.
  - à rotina de troca que deve seguir passos definidos para manutenção da saúde do bebê.
  - ao cuidado de perceber sinais de maus-tratos que devem ser comunicados imediatamente à direção da creche.
  - à comunicação olho no olho, entre o bebê e o(a) professor(a), exigindo uma situação de confiança e entrega que contribui para a formação da autoestima do bebê.
53. Conforme Richter e Barbosa (Revista *Educação*, v. 35, nº 1, 2010), *as características dos bebês exigem que o dia a dia seja muito bem planejado, pois há um grande dinamismo e diversidade no grupo. Enquanto duas crianças dormem, uma quer comer, outra brinca ou lê seus livros-brinquedos enquanto outro bebê precisa ser trocado.* Assim, toda essa diversidade, numa situação de dependência, exige atenção permanente à segurança das crianças por meio de
- organização de uma estrutura que propicie supressão das rotinas individuais a favor do funcionamento coletivo.
  - um número adequado de adultos, para efetivamente dar conta das singularidades das crianças.
  - materiais exclusivamente de madeira, pois holisticamente são mais adequados aos bebês.
  - salas acolchoadas, perfeitamente adequadas e claras, sem muitas cores que excitam e atrapalham o desenvolvimento dos bebês.
  - salas com o máximo de dois bebês para cada adulto.
54. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o espaço privilegiado para a interpretação e a produção da cultura infantil que ocorre no convívio e nas interações entre pares, meninos e meninas, de idade aproximada e na vivência de situações reais e imaginárias.
- Nas atividades de coordenação-cooperação.
  - Nas brincadeiras.
  - Nas músicas.
  - Nas rodas de conversa.
  - Na ciranda de roda.

- 55.** O educador da infância deve ter um papel fundamental que intervenha para oferecer, em cada circunstância, os recursos necessários à atividade infantil, de forma a desafiar, promover interações, despertar a curiosidade, mediar conflitos, garantir realizações, experimentos, tentativas, promover acesso à cultura, possibilitando que as crianças construam culturas infantis. Para isso, deve atuar como
- (A) cuidador, garantindo a segurança das crianças.
  - (B) guia pedagógico, que determina os fazeres das crianças.
  - (C) observador participativo, intervindo para potencializar as ações das crianças.
  - (D) familiar, por isso a denominação de tia, que aproxima e acolhe as crianças.
  - (E) irmão mais velho, que brinca e atua como um par mais experiente.
- 56.** A participação da família na instituição é \_\_\_\_\_ para o desenvolvimento das crianças e, sobretudo, para a promoção do trabalho democrático participativo, portanto há de se garantir condições para se realizarem trocas, interações com \_\_\_\_\_, sejam crianças ou adultos.
- Conforme a Orientação Normativa nº 1, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.
- (A) de extrema importância ... outras pessoas
  - (B) desnecessária ... o mundo
  - (C) desaconselhável ... as diferentes linguagens
  - (D) obrigatória ... a linguagem
  - (E) opcional ... a cultura
- 57.** Um importante indicador de qualidade das instituições de educação infantil é o tempo dedicado para as refeições e como ele é organizado. É correto afirmar que uma prática educativa que privilegia a interação entre os bebês e as crianças é
- (A) aquela que entende que as crianças precisam comer livremente, pois sabemos, cientificamente, que comem um maior volume dessa maneira.
  - (B) aquela que promove autonomia na escolha dos utensílios e dos alimentos pelas crianças.
  - (C) a que ensina sobre o consumo de alimentos enlatados pelas crianças.
  - (D) aquela que orienta para o correto uso dos utensílios e da postura à refeição pelas crianças.
  - (E) a que define o tempo de alimentação e direciona as crianças a comerem no mesmo ritmo.
- 58.** As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:
- (A) o convívio pleno e holístico da criança com a natureza, integrando a cultura infantil em sua plenitude.
  - (B) vivências em dança, canto, pintura e modelagem, para o desenvolvimento pleno de competências e seu acompanhamento.
  - (C) sondagens anuais para acompanhamento da progressão da alfabetização a partir dos 4 anos de idade.
  - (D) observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano.
  - (E) realização de provas de acompanhamento segundo a prática construtivista, que permitam intervenção precoce em casos especiais.
- 59.** Para efetivação de seus objetivos, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem
- (A) o ensino do alfabeto de maneira lúdica e contextualizada com uso do nome das crianças da turma.
  - (B) a rotina intervalada a cada 20 minutos. Essa organização favorece o desenvolvimento infantil.
  - (C) a apropriação, pelas crianças, das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América.
  - (D) o conhecimento de jogos de tabuleiro com possibilidade de contagem e vivência numérica.
  - (E) a segurança em relação aos materiais que devem ficar sob responsabilidade do(a) professor(a) em altura que evite acidentes.
- 60.** Conforme Richter e Barbosa (*Revista Educação*, v. 35, nº 1, 2010), trata-se de um radical desafio à educação de 0 a 3 anos compreender as situações contextualizadas, transformadas em narrativas que nos desafiam a mudar nossa concepção de currículo. Assim, para as autoras, precisamos entender o currículo como
- (A) abertura à experiência de viver junto.
  - (B) plano prévio de ensinar holístico.
  - (C) fabricação do humano iniciante.
  - (D) projetos de trabalho coletivos.
  - (E) reconstrução dos saberes da humanidade ocidental.

